



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.

– **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**

marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.

Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.

– **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**

marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.

- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

GRAN
DIRETORIA DE PRODUÇÃO EDUCACIONAL
PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS

FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

1732023607

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Superior Eleitoral – TSE

Tribunal Regional Eleitoral – TRE

CARGO:

Técnico Judiciário

ESPECIALIDADE:

Área Administrativa

MODELO/BANCA:

Grancursos

EDITAL:

Pós-Edital

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

3/2023

Gramática e Interpretação de Texto

Fidelis Almeida

Atenção: para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto abaixo.

Fala

Rubem Alves

1 Kierkegaard, filósofo dinamarquês, o primeiro que li, observou que toda fala contém duas coisas. Primeiro, aquilo que se diz, a mensagem que devo comunicar. Segundo, uma música, um jeito de falar, andamento, os pianíssimos, os fortíssimos. Para ele, é na música da fala que nós moramos, é ali que se encontra a nossa alma. Uma mesma mensagem pode ser dita ao som dos tambores ou do oboé. Lendo Kierkegaard aprendi isso intelectualmente. Na minha prática de psicanalista aprendi isso existencialmente. Eu tinha uma paciente que falava num dia em tom maior, no outro, em tom menor. Só de ouvir a música da sua fala, sem prestar atenção naquilo que ela estava dizendo, eu sabia como estava a sua alma. (É importante que um terapeuta não preste muita atenção naquilo que o seu cliente diz, a fim de ouvir aquilo que ele não diz...) Moramos na música das palavras. Somos amados não pelo que dizemos, mas 10 pela música com que o dizemos. Preste atenção na sua música. Se a sua música não tiver pausas mansas, isso é sinal de que você é um chato que não deixa o outro falar nem ouve o que ele tem para dizer. Deveria haver uma terapia que ajudasse as pessoas a mudar a música da sua fala. Se conseguir mudar a música da sua fala, você ficará diferente. Isso é especialmente importante para os professores, para os pais, para os amantes... Só por curiosidade, ligue a sua televisão num programa em que algum deputado esteja discursando. Como eles gritam e sacodem o dedo! São tão eloquentes... Quando você for procurar um candidato a qualquer cargo eletivo, não preste atenção no que ele diz, porque todos eles dizem a mesma coisa. Preste atenção na música da sua fala...

20

25

30

35

Fonte: Rubem Alves. *Ostra feliz não faz pérola*. 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2014.

1. Segundo o autor, a mudança na música da fala é especialmente importante para os professores e os pais porque
 - a. são pessoas que falam bastante para outras pessoas, o que exige muita técnica de persuasão.
 - b. são pessoas que ensinam, portanto, ao mudar a música de sua fala, também mudarão o modo como são vistos.
 - c. são pessoas que devem deixar um exemplo, um legado que possa ser continuado pelas pessoas a quem eles ensinam.
 - d. a música da fala é um aspecto que melhora a autoimagem de professores e pais respectivamente diante de seus alunos e filhos.
2. O trecho “É importante que um terapeuta não preste muita atenção naquilo que o seu cliente diz, a fim de ouvir aquilo que ele não diz [...]” (I.15-18) significa que
 - a. ao paciente o terapeuta não deve demonstrar que presta atenção no que ele diz, pois aquele se sentirá incomodado, o que prejudica a investigação do seu problema.
 - b. o terapeuta deve se concentrar em perceber os fatos que o paciente deixa subentendidos em sua fala, pois assim consegue captar emoções ocultas.
 - c. o modo como o paciente faz seus relatos ao terapeuta é mais importante do que aquilo que ele efetivamente expressa, pois revela seu estado de alma.
 - d. o terapeuta deve observar se o paciente está omitindo alguma informação importante em seu relato, porque geralmente as ideias suprimidas são essenciais para a análise terapêutica.
3. Considerando o contexto a que o trecho pertence, seu sentido é traduzido adequadamente em:
 - a. “Para ele, é na música da fala que nós moramos [...]” (I.6) = Segundo ele, a música da fala revela o lugar em que residimos...
 - b. “Na minha prática de psicanalista aprendi isso existencialmente.” (I.10-11) = No meu trabalho com a psicanálise, aprendi isso em minha existência.
 - c. “Se a sua música não tiver pausas mansas [...]” (I.21-22) = Se o seu modo de falar não possui pausas suaves...
 - d. “Preste atenção na música da sua fala [...]” (I.35) = Perceba seu modo musical de falar...

4. “Quando você for procurar um candidato a qualquer cargo eletivo, não preste atenção no que ele diz, porque todos eles dizem a mesma coisa.” (I.32-35)

Vertendo-se as formas verbais destacadas para a voz passiva analítica, elas terão respectivamente as seguintes formas:

- a. ser procurado – é dita
- b. procurar-se – são ditos
- c. são procurados – diz-se
- d. for procurado – é dita

5. Assinale a opção em que se deve flexionar no plural o verbo que se encontra entre parênteses.

- a. A palavra e o vocábulo (revelar) muitas coisas sobre quem fala.
- b. Sacudir o dedo (ser) coisa típica de quem não presta atenção a si mesmo.
- c. O psicólogo ou o psicanalista (ser) o diretor da futura escola que ensinará às pessoas a mudança da música de suas falas.
- d. (Dever) existir pausas mansas e suave cadência na fala de quem deseja ser compreendido.

6. Observe as frases a seguir:

- I – A mensagem é o aspecto mais evidente da fala.
- II – A música da fala é o aspecto que revela onde moramos.
- III – Ninguém observa a música da fala.

Um modo coerente de unir essas três frases em apenas uma única, realçando-se as relações semânticas que existem entre elas, é:

- a. A mensagem é o aspecto mais evidente da fala, conforme a música é o aspecto que revela onde moramos, apesar de ninguém observar a música da fala.
- b. Embora ninguém a observe, a música da fala é o aspecto que revela onde moramos, porém a mensagem é o seu aspecto mais evidente.
- c. Ninguém observa a música da fala, porquanto é o aspecto que revela onde moramos, ainda que seja o seu aspecto mais evidente.
- d. A mensagem é o aspecto mais evidente da fala, à proporção que a música da fala é o aspecto que revela onde moramos, mesmo que ninguém a observe.

7. Está de total acordo com os preceitos da pontuação em Língua Portuguesa a frase:

- a. O primeiro filósofo que o autor leu Kierkegaard, foi decisivo em sua maneira de enxergar seu trabalho na psicanálise.
- b. Pode-se dizer uma mesma mensagem ao som de tambores (ou de oboé), aspecto que revela ser essencial o modo de articulá-la.
- c. Embora se pense que aquilo que dizemos deserta o amor, por nós, é a música que temos em nossa fala a verdadeira causa.
- d. Quando você procurar um candidato; não preste atenção no que ele diz, senão ao modo como diz.

8. Assinale a opção em que as três formas verbais apresentam as mesmas flexões de tempo e modo.

- a. “lì” (I.2) – “moramos” (I.6) – “tinha” (I.11)
- b. “aprendi” (I.9) – “estava” (I.14) – “Deveria” (I.24)
- c. “deixa” (I.23) – “sacodem” (I.31) – “dizem” (I.34)
- d. “ficará” (I.26) – “lige” (I.29) – “esteja” (I.30)

Atenção: para responder às questões de números 9 a 15, baseie-se no texto abaixo.

O texto abaixo é um fragmento da obra *Os Sertões*, do grande escritor Euclides da Cunha. Nela, relata-se a destruição do arraial de Canudos, liderado por Antônio Conselheiro.

1 Um negro, um dos raros negros puros que ali havia, preso em fins de setembro, foi conduzido à presença do comandante da 1.^a coluna, general João da Silva Barbosa. Chegou arfando, exausto
5 da marcha aos encontrões e do recontro em que fora colhido. Era espigado e seco. Delatava na organização desfibrada os rigores da fome e do combate. A magreza alongara-lhe o porte, ligeiramente curvo. A grena, demasiadamente crescida, afogava-lhe a fronte estreita e fugitiva; e o rosto, onde o prognatismo se acentuara, desaparecia na lanugem espessa da barba, feito uma máscara amarrrotada e imunda. Chegou em cambaleios. O passo claudicante e inférme, a cabeça lanzuda, a
10 cara exígua, um nariz chato sobre lábios grossos, entreabertos pelos dentes oblíquos e saltados, os olhos pequeninos, luzindo vivamente dentro das órbitas profundas, os longos braços desnudos, oscilando — davam-lhe a aparência rebarbativa de
15 um orangote valetudinário.
20 Não transpôs a couceira da tenda.
Era um animal. Não valia a pena interrogá-lo.

O general de brigada João da Silva Barbosa, da rede em que convalescia de ferimento recente,
25 fez um gesto. Um cabo de esquadra, empregado na comissão de engenharia e famoso naquelas façanhas, adivinhou-lhe o intento. Achegou-se com o braço. Diminuto na altura, entretanto, custou a enleá-lo ao pescoço do condenado. Este, porém,
30 auxiliou-o tranquilamente; desceu o nó embaralhado; enfiou-o pelas próprias mãos, jugulando-se. . .

Perto, um tenente do estado-maior de primeira classe e um quintanista de medicina contemplavam aquela cena.

35 E viram transmudar-se o infeliz, apenas dados os primeiros passos para o suplício. Daquele arcabouço denegrido e repugnante, mal soerguido nas longas pernas murchas, despontaram, repentinamente, linhas admiráveis — terrivelmente es-
40 culturais — de uma plástica estupenda.

Um primor de estatuária modelado em lama.

Retificara-se de súbito a envergadura abatida do negro aprumando-se, vertical e rígida, numa bela atitude singularmente altiva. A cabeça firmou-se-lhe sobre os ombros, que se retrairam dilatando o peito, alçada num gesto desafiador de sobranceria fidalga, e o olhar, num lampejo varonil, iluminou-lhe a fronte. Seguiu impassível e firme; mudo, a face imóvel a musculatura gasta duramente em relevo sobre os ossos, num desempenho impecável, feito uma estátua, uma ve-
45 lha estátua de titã, soterrada havia quatro séculos aflorando, denegrida e mutilada, naquela imensa ruinaria de Canudos. Era uma inversão de papéis.
50 Uma antinomia vergonhosa. E estas coisas não impressionavam...

Fonte: Euclides da Cunha. *Os Sertões*. São Paulo:
Três, 1984 (Biblioteca do Estudante). Texto adap-
tado.

9. Ao longo do texto, o narrador apresenta mudanças que o aspecto físico do negro supliciado à força vai assumindo. Assinale a opção em que o trecho não expressa essa mudança.

- a. “O passo claudicante e infirme, a cabeça lanzuda, a cara exígua, um nariz chato sobre lábios grossos, entreabertos pelos dentes oblíquos e saltados, os olhos pequeninos, luzindo vivamente dentro das órbitas profundas, os longos braços desnudos, oscilando — davam-lhe a aparência rebarbativa de um orango valetudinário.” (I.13-20)

- b. “Daquele arcabouço denegrido e repugnante, mal soerguido nas longas pernas murchas, despontaram, repentinamente, linhas admiráveis — terrivelmente esculturais — de uma plástica estupenda.” (I.36-40)
- c. “Retificara-se de súbito a envergadura abatida do negro aprumando-se, vertical e rígida, numa bela atitude singularmente altiva.” (I.42-44)
- d. “A cabeça firmou-se-lhe sobre os ombros, que se retrairam dilatando o peito, alçada num gesto desafiador de sobranceria fidalga, e o olhar, num lampejo varonil, iluminou-lhe a fronte.” (I.44-48)

10. Considerando-se o texto anterior, sabe-se que ele constitui predominantemente um texto de tipologia
a. narrativa.
b. injuntiva.
c. descritiva.
d. argumentativa.

11. No trecho “[...] foi conduzido à presença do comandante [...]” (I.2-3), o emprego do sinal indicativo de crase se deve

- a. à existência de uma locução adverbial cujo núcleo é palavra do gênero feminino (“presença”).
b. à fusão da preposição “a”, regida por “conduzido”, ao artigo “a”, determinante de “presença”.
c. à existência de uma locução prepositiva cujo núcleo é palavra do gênero feminino (“presença”).
d. à existência do adjunto adverbial “à presença do comandante”.

12. São graficamente acentuados segundo a mesma regra de acentuação gráfica:

- a. “máscara” (I.12) – “retrairam” (I.45)
b. “exígua” (I.15) – “interrogá” (I.22)
c. “enleá” (I.29) – “estátua” (I.51)
d. “próprias” (I.31) – “admiráveis” (I.39)

13. Assinale a opção em que não há correspondência semântica entre a expressão do texto e a proposta de substituição.

- a. “espigado” (I.6) – comprido
b. “claudicante” (I.14) – vacilante
c. “convalescia” (I.24) – descansava
d. “soerguido” (I.37) – levantado

14. Considere os trechos seguinte:

- I – “Não transpôs a couceira da tenda.” (I.21)
- II – “O general de brigada João da Silva Barbosa, da rede em que convalescia de ferimento recente, fez um gesto.” (I.23-25)
- III – “Perto, um tenente do estado-maior de primeira classe e um quintanista de medicina contemplavam aquela cena.” (I.32-34)

Conservando-se a correção gramatical, os segmentos sublinhados podem ser substituídos respectivamente por:

- a. transpo-la – fez-lhe – contemplavam-a
- b. transpôs-lhe – lhe fez – contemplavam-lhe
- c. lhe transpôs – lho fez – lhe contemplavam
- d. a transpôs – fê-lo – contemplavam-na

15. Considere o trecho seguinte:

“Delatava na organização desfibrada **os rigores da fome e do combate.**” (I.6-8)

Observado o contexto, o termo nele destacado exerce a mesma função sintática que o pronome relativo sublinhado em:

- a. “Um negro, um dos raros negros puros que ali havia, preso em fins de setembro [...]” (I.1-2)
- b. “Chegou arfando, exausto da marcha aos encontros e do recontro em que fora colhido.” (I.4-6)
- c. “O general de brigada João da Silva Barbosa, da rede em que convalescia de ferimento recente [...]” (I.23-24)
- d. “A cabeça firmou-se-lhe sobre os ombros, que se retrairam dilatando o peito [...]” (I.44-45)

Noções de Informática

Maurício Franceschini

16. Assinale qual das seguintes alternativas a seguir é uma funcionalidade do Explorador do Windows 10.

- a. Edição de texto.
- b. Gerenciamento de dispositivos Bluetooth.
- c. Visualização em miniaturas.
- d. Criação de planilhas.

17. Assinale qual das seguintes alternativas melhor descreve a função do DNS na Internet.

- a. Criptografia de dados de navegação.
- b. Identificação de erros de rede.
- c. Tradução de nomes de domínio em endereços IP.
- d. Compressão de arquivos transferidos.

18. Assinale dos seguintes termos se refere à garantia de que os dados e informações estão completos, precisos e protegidos contra alterações não autorizadas.

- a. Disponibilidade.
- b. Integridade.
- c. Confidencialidade.
- d. Autenticidade.

19. Assinale qual dos seguintes termos se refere a um tipo de software malicioso que é projetado para coletar informações sobre a atividade do usuário sem o seu conhecimento ou consentimento.

- a. Spyware
- b. Vírus
- c. Worms
- d. Trojan

20. Assinale qual das seguintes opções descreve corretamente a função MÉDIASE do Microsoft Excel.

- a. Calcula a média aritmética dos valores de uma coluna, considerando apenas aqueles que atendem a vários critérios fornecidos pelo usuário.
- b. Calcula a média aritmética dos valores de uma coluna, considerando apenas aqueles que atendem a apenas um critério fornecido pelo usuário.
- c. Calcula a média geométrica dos valores de uma coluna, ignorando aqueles que atendem a determinados critérios.
- d. Calcula a média geométrica dos valores de uma coluna, considerando apenas aqueles que atendem a determinados critérios.

Normas Aplicáveis Aos Servidores

Públicos Federais

Eduardo Galante

21. Nos termos da Lei n. 8.112/1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, assinale a alternativa correta.

- a. A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação válida.
- b. A posse ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação da nomeação.
- c. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança. É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

- d. A reversão é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, sem resarcimento de todas as vantagens.
- 22.** Em conformidade com a Lei n. 8.112/1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, marque a alternativa correta.
- Transferência é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
 - O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório por período superior a 15 (quinze) dias para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e ajuda de custo destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento.
 - O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.
- 23.** Nos termos da Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, aponte a alternativa correta.
- São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, quando representados e os maiores de dezoito anos de forma irrestrita, desde que cumpridos os requisitos legais.
 - Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
 - A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
 - O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- 24.** Relativamente à Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, marque a alternativa correta.
- Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
 - Aplica-se a decisão coordenada aos processos administrativos de licitação.
 - No âmbito da Administração Pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de 2 (dois) ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão integrada, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
 - Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até 60 (sessenta) dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
- 25.** Conforme previsto na Lei n. 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, aponte a alternativa correta.
- Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
 - Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa ou culposa que viole os deveres de honestidade, da ética, de imparcialidade e de legalidade.
 - Configurar-se-á improbidade a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, sendo desnecessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.
 - Qualquer cidadão poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

Estatuto da Pessoa com Deficiência Carlinhos Costa

26. A lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, previu como direitos fundamentais da pessoa com deficiência o direito

- a. ao processo de habilitação e de reabilitação, como direito ligado à vida.
- b. a participação da pessoa com deficiência na elaboração das políticas de saúde a ela destinadas, como direito ligado à vida.
- c. o desenho universal tomado como regra de caráter geral, como direito ligado à vida.
- d. o indispensável consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica, como direito ligado à vida.

27. Em relação ao Estatuto da Pessoa com Deficiência e o capítulo destinado a igualdade e da não discriminação:

- a. A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.
- b. São considerados especialmente vulneráveis a criança, a gestante e o idoso, com deficiência.
- c. A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, exceto no exercício dos direitos sexuais e reprodutivos.
- d. Se, no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações previstas no estatuto da pessoa com deficiência, devem de ofício instaurar processo para averiguação.

Arquivologia Elvis Miranda

28. Considerando o ciclo de vida dos documentos arquivísticos, indique a idade em que serão preservados os documentos da Justiça Eleitoral relativos às eleições anteriores, cujos prazos de questionamento administrativo e jurídico já prescreveram e que estarão disponíveis para pesquisadores e a sociedade em geral, em função de seu valor secundário.

- a. Corrente (1^a idade).
- b. Intermediária (2^a idade).
- c. Permanente (3^a idade).
- d. Permanente (4^a idade).

29. O controle da tramitação dos documentos, que permite informar aos interessados a situação de suas demandas em tempo real é atividade importantíssima no que diz respeito ao acesso à informação. Para tornar isso possível, os órgãos e entidades públicas mantêm em sua estrutura administrativa uma unidade responsável por manter esta atividade funcionando, normalmente chamada de protocolo. A respeito dos procedimentos realizados no protocolo, assinale o item incorreto.

- a. A atividade de protocolo está vinculada à idade corrente do ciclo vital dos documentos.
- b. O registro consiste na entrega dos documentos às unidades destinatárias, a fim de iniciarem a sua tramitação.
- c. A autuação consiste no que se costuma chamar de abertura ou formação de processo, que é a transformação do documento que deu entrada em processo, em que ele recebe uma capa de cartolina, suas folhas são numeradas e seus dados de acesso são anotados na capa, juntamente com um número de identificação.
- d. A classificação consiste em separar os documentos por área ou por assunto, para que sejam entregues aos destinatários em seguida.

30. Existem vários métodos de arquivamento indicados na bibliografia arquivística, e o responsável pela manutenção dos arquivos deve considerar a natureza dos documentos, além da estrutura e funcionamento da entidade quando estiver organizado seu acervo. Considere que um órgão da justiça eleitoral organiza sua documentação relativa aos candidatos participantes de cada eleição da seguinte forma:

- 1º) Os documentos são separados pelo local em que as eleições ocorreram (cidade, no caso de eleições municipais, ou estado, no caso de eleições estaduais, por exemplo).
- 2º) Os documentos são separados pelo ano da eleição em que o candidato concorreu (2010, 2012, 2014, 2016, por exemplo).
- 3º) Dentro do ano, os documentos são separados pelo cargo (deputado, senador, governador, por exemplo).
- 4º) Dentro do cargo, os documentos são ordenados pelo nome do candidato, utilizando adequadamente as regras de alfabetização.

Assinale o item que indica corretamente os métodos utilizados neste esquema de classificação, na ordem em que foram aplicados.

- a. Geográfico, cronológico, ideográfico e alfabetico.
- b. Ideográfico, alfabetico, geográfico e cronológico.
- c. Geográfico, alfabetico, ideográfico e cronológico.
- d. Alfabetico, geográfico, cronológico e ideográfico.

Noções de Direito Constitucional

Ricardo Blanco

31. Assinale a opção correta em relação ao entendimento do STF.

- a. O Estado responde de forma subjetiva pelos danos causados a profissional de imprensa ferido, por policiais, durante cobertura jornalística de manifestação pública em que ocorra tumulto ou conflito, desde que o jornalista não haja descumprido ostensiva e clara advertência quanto ao acesso a áreas definidas como de grave risco à sua integridade física, caso em que poderá ser aplicada a excludente da responsabilidade por culpa exclusiva da vítima.
- b. Por usurpar competência privativa da União para legislar sobre Direito comercial e política de seguros, é inconstitucional preceito de lei estadual que estabeleça prazo máximo de 24 horas para as empresas de plano de saúde regionais autorizarem ou não solicitações de exames e procedimentos cirúrgicos em seus usuários que tenham mais de sessenta anos.
- c. Segundo o STF, os estados não podem optar por garantir a autonomia formal aos institutos de criminalística ou integrá-los aos demais órgão de segurança pública , porque isso importa ofensa material à Constituição.
- d. Segundo o STF, é compatível com a Constituição Federal (CF) a interpretação de que prepostos, indicados pelo titular de cartório ou mesmo pelos tribunais de justiça, possam exercer substituições ininterruptas por períodos superiores a seis meses.
- e. A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de competência legislativa privativa da União.

32. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, exceto:

- a. Nos crimes comuns, os Deputados Federais, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.

- b. os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.
- c. os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
- d. o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal.

33. Assinale a opção incorreta em relação aos direitos políticos.

- a. O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.
- b. Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- c. São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o primeiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- d. O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições: se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade; se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

34. Assinale a opção incorreta em relação à jurisprudência do STF.

- a. Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.
- b. Não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário-mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.
- c. O princípio da igualdade material é prestigiado por ações afirmativas. No entanto, utilizar, para qualquer outro fim, a diferença estabelecida com o objetivo de superar a discriminação ofende o mesmo princípio da igualdade, que veda tratamento discriminatório fundado em circunstâncias que estão fora do controle das pessoas, como a raça, o sexo, a cor da pele ou qualquer outra diferenciação arbitrariamente considerada.
- d. Cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.

35. Assinale a opção incorreta em relação aos direitos individuais.

- a. A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- b. A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.
- c. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- d. A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

36. Assinale a opção incorreta em relação aos direitos individuais

- a. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- b. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- c. É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no primeiro caso, por

ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

- d. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

37. Assinale a opção incorreta em relação à nacionalidade.

- a. São brasileiros naturalizados os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- b. São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- c. São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- d. São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

38. Assinale a opção incorreta em relação à Administração Pública.

- a. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- b. O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- c. Durante o prazo prorrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- d. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.l.

- 39.** Assinale a opção incorreta em relação à Administração Pública.
- a. O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
 - b. A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
 - c. A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
 - d. Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.
- 40.** É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto:
- a. Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.
 - b. Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
 - c. Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
 - d. Manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.
- e. A concessão da licença para tratar de assuntos particulares prevista em lei para os servidores federais é fruto do poder vinculado.**
- 42.** O prefeito do município Alfa, por meio de decreto, autorizou a criação de uma fundação pública de direito privado para atuar na área de ensino, capacitando profissionalmente jovens para o mercado de trabalho. Entendendo ser ilegal o normativo da prefeitura, um renomado advogado propôs ação popular com o objetivo de obter provimento judicial pela declaração de nulidade do ato. Diante do caso concreto narrado e da teoria geral da organização da Administração Pública:
- a. Se julgada procedente a demanda, ao Poder Judiciário será dado revogar o decreto tendo como fundamento o excesso de poder.
 - b. As atividades da fundação serão disciplinadas por lei específica.
 - c. Devido à personalidade de direito privado de que se reveste, a fundação pública não será obrigada a realizar concurso público para seleção de pessoal, nem licitação para celebração de seus contratos.
 - d. Assiste razão ao advogado, tendo em vista que a autorização da criação da fundação pública depende de lei.
 - e. Se a fundação pública fosse instituída pela União, caberia à Justiça Federal processar e julgar suas demandas.

Noções de Direito Administrativo

Raphael Spyere

- 41.** A respeito dos poderes administrativos e dos limites traçados constitucionalmente para o respectivo exercício, assinale a alternativa correta.
- a. No exercício do poder de polícia, a Administração Pública está legitimada a suspender o funcionamento de associação pública sem a necessidade de recorrer à via judicial para imprimir força executiva à sua decisão.
 - b. O poder disciplinar é a base jurídica para a aplicação de penas administrativas aos servidores públicos incursos em ilícitos previstos no regime jurídico ao qual estão submetidos.
 - c. Ao Presidente da República, é constitucionalmente deferida a competência para editar decretos de execução, que tem por objeto permitir a fiel execução das leis, tratando-se de competência delegável.
 - d. Decorre do poder hierárquico o controle exercido pela Administração Direta sobre as entidades da Administração Indireta, como as autarquias.
- 43.** Tarcísio foi detido em fiscalização promovida pelo Detran do Estado de São Paulo por dirigir com elevado teor de álcool no sangue, devidamente constatado em teste regular de “bafômetro”. Ato contínuo, Tarcísio foi conduzido ao estabelecimento prisional onde teria de passar a noite, sob custódia da polícia civil estadual. Na manhã seguinte, os policiais encarregados encontraram o corpo de Tarcísio sem vida no chão da cela onde passara a noite. Em exame do corpo, foi descoberto que a morte foi provocada por esganadura. Nesse caso:
- a. O Estado de São Paulo responderá civil e objetivamente pela morte de Tarcísio.
 - b. O Estado de São Paulo não responderá civilmente pelo ocorrido, tendo em vista que houve culpa exclusiva da própria vítima por ter incorrido em falta grave de trânsito.
 - c. Deverá ser comprovado dolo ou culpa dos policiais encarregados para que o Estado de São Paulo seja condenado a pagar indenização.
 - d. Após decorridos 3 anos contados do ilícito, ocorrerá a prescrição da pretensão indenizatória.

44. Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos públicos, o teto constitucional.

- a. Deverá ser aplicado a partir da somatória da remuneração dos cargos.
- b. Não deverá ser aplicado, do contrário, o servidor seria tolhido do direito de acumular cargos públicos.
- c. Será aplicado de forma isolada à remuneração de cada um dos cargos.
- d. Somente se aplica se os cargos forem federais.

45. Arnaldo, recém graduado como veterinário, demandou a concessão de licença profissional ao Conselho da respectiva categoria. Mesmo tendo atendido todas as exigências legais para a concessão, o Conselho deliberadamente decidiu pelo indeferimento. Irresignado, Arnaldo procurou assistência de um advogado que acertadamente lhe informou à luz do regime jurídico administrativo e da Lei n. 9.784/1999 – Lei Geral de Processos Administrativos Federais – que:

- a. O prazo para interposição do recurso administrativo é de 30 dias, prorrogáveis por igual período se houver justificativa.
- b. O recurso administrativo contra a decisão tomada pelo Conselho dependerá da representação advocatícia.
- c. Não há direito líquido e certo de obter a licença profissional, cabendo ao Conselho julgar a oportunidade e conveniência da concessão.
- d. Por se tratar de ato administrativo vinculado, cabrá mandado de segurança para a tutela do direito líquido e certo de obter a licença, independente do esgotamento da via administrativa recursal.

46. Agnaldo, enquanto fiscal de contratação, não observou que as especificações de um produto recém comprado pela autarquia em que serve não haviam sido atendidas e recebeu definitivamente o objeto contratado. Por força dessa negligência, a autarquia teve de arcar com os prejuízos causados ao erário. Valendo-se da sistemática da Lei n. 8.429/1992 – Lei Geral de Improbidade Administrativa – e da jurisprudência preconizada pelo Supremo Tribunal Federal, é certo afirmar que Arnaldo:

- a. Poderá responder por ato de improbidade administrativa uma vez que ao negligenciar seus deveres resta configurada a culpa, elemento subjetivo suficiente para configuração desse ilícito.
- b. Não incorreu em ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, por faltar dolo em sua conduta, elemento subjetivo que é expressamente exigido em lei.
- c. Somente responderá por ato de improbidade administrativa se for condenado em processo judicial penal.
- d. Somente responderá por ato de improbidade administrativa se sua conduta estiver expressamente definida em lei como tal, por se tratar de rol taxativo.

47. Julgue as assertivas a seguir valendo-se das normas da Lei n. 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

- I – Concorrência é a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais, bem como para venda de bens pelo maior lance.
- II – A Administração poderá adotar o pregão ou a concorrência para a contratação de serviços comuns.
- III – A modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública deseja inovação e adaptação de soluções de mercado é o diálogo competitivo.

Está (ão) correta (s) a (s) assertiva (s):

- a. I.
- b. II.
- c. III.
- d. I e II.

48. Diante do colapso da estrutura de um importante viaduto em Brasília, foi necessária a contratação em regime de urgência sem prévio procedimento de licitação para o ajuste de serviço de engenharia que consistiu em “escorar” a estrutura remanescente até que a reconstrução pudesse ser implementada. À luz da Lei n. 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos –, é certo afirmar que:

- a. O caso é de licitação inexigível.
- b. A eficácia do contrato celebrado está condicionada à divulgação do termo no portal nacional de contratações públicas dentro do prazo de 10 dias úteis contados da assinatura.
- c. O contrato terá duração máxima de 1 ano, contado de sua celebração.
- d. As cláusulas do contrato poderão ser alteradas unilateralmente para adequação técnica à demanda de interesse público, desde que não seja ultrapassado o limite de 25% do valor inicial do contrato atualizado.

49. Marilice é responsável pela avaliação de desempenho de um servidor a ela subordinado ao longo do estágio probatório. Marilice atribuiu nota zero ao servidor no quesito assiduidade, motivando a avaliação pelas constantes faltas ao serviço. Irresignado com a avaliação tendo em vista que não teve nenhuma falta até então, o servidor recorreu ao setor de recursos humanos para requerer acesso aos dados armazenados no ponto eletrônico. Por meio dos registros foi comprovado que nunca havia faltado ao trabalho. A partir da teoria geral dos atos administrativos, é certo que a avaliação:

- a. Poderá ser convalidada por aplicação do princípio da autotutela.
- b. Nula por aplicação da teoria dos motivos determinantes.
- c. Somente poderá ser anulada por meio de ação judicial.
- d. É inválida por vício de desvio de finalidade.

50. O atributo universal dos atos administrativos pelo qual todo ato está em conformidade com a lei e o direito até que se prove o contrário se trata da:

- a. Presunção de legitimidade.
- b. Autoexecutoriedade.
- c. Imperatividade.
- d. Tipicidade.

Noções de Direito Eleitoral Weslei Machado

51. Consideradas as disposições da Resolução-TSE n. 23.659/2021, dispensa-se a demonstração do período mínimo de três meses de vínculo, dentre aqueles aptos a configurar o domicílio eleitoral, com o município e o transcurso de, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência para o deferimento do pedido de transferência eleitoral para os seguintes cidadãos, EXCETO:

- a. Servidor público civil e militar ou de membro de sua família.
- b. Indígenas.
- c. Quilombolas.
- d. Pessoas com deficiência.

52. Consideradas as disposições constitucionais sobre recursos eleitorais, será cabível a interposição de recurso extraordinário contra os acórdãos dos Tribunais Regionais Eleitorais ao Supremo Tribunal Federal quando:

- a. forem proferidos contra disposição expressa da Constituição Federal.
- b. Versarem sobre condições de elegibilidade, nas eleições estaduais e federais.
- c. Violarem disposição expressa de lei.
- d. Em nenhuma hipótese.

53. Sobre as disposições constitucionais relativas aos direitos políticos, o exercício do direito à elegibilidade do militar com menos de dez anos de serviço prescinde do preenchimento da seguinte condição de elegibilidade:

- a. Nacionalidade brasileira.
- b. Plenitude do exercício dos direitos políticos.
- c. Domicílio eleitoral na circunscrição.
- d. Filiação partidária.

54. Analise as seguintes situações:

- I – Tobias é Desembargador no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios;
- II – Sambalate é juiz federal e exerce suas funções na Seção Judiciária do Distrito Federal;
- III – Gésen é juiz de direito, na Circunscrição Especial de Brasília;
- IV – Neemias é promotor de justiça, membro do Ministério Público do Distrito Federal; e
- V – Esdras é advogado, com notável saber em Direito Eleitoral e idoneidade moral.

Consideradas essas situações, pode-se afirmar que poderão ser escolhido para integrar o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal as pessoas indicadas nos itens:

- a. I e II.
- b. I e III.
- c. I e IV.
- d. II e V.

55. De acordo com o Código Eleitoral, podem ser escolhidos para integrar as juntas eleitorais:

- a. candidatos.
- b. os que pertencem ao Poder Judiciário.
- c. membros de diretórios de partidos políticos.
- d. agentes policiais.

56. Sobre o Código Eleitoral, compete ao Tribunal Superior Eleitoral, de forma originária, processar e julgar:

- a. Registro dos diretórios nacionais e regionais dos partidos políticos.
- b. Cassação do registro de candidatos a Presidente, Vice-Presidente e Senador da República.
- c. Crimes eleitorais e os comuns conexos cometidos pelos juízes do Tribunal Superior Eleitoral.
- d. A ação rescisória, nos casos de inelegibilidade, contra sua decisão irrecorrível.

57. Consideradas as disposições da Resolução-TSE n. 23.659/2021, ter-se-á o cancelamento da inscrição eleitoral na situação em que a mesma pessoa possua duas ou mais inscrições liberadas ou regulares liberadas ou regulares, agrupadas ou não pelo batimento de dados biográficos, o cancelamento recairá, preferencialmente:

- a. na inscrição mais recente.
- b. na inscrição que não foi utilizada para o exercício do voto pela última vez.
- c. na mais antiga.
- d. na inscrição que não corresponda ao domicílio eleitoral do eleitor.

58. Analise as seguintes situações:

- I – Quiliom tem 56 anos, boliviano, naturalizado estrangeiro.
- II – Boaz, com 46 anos de idade, Cabo do Exército Brasileiro
- III – Rute, oriunda de país de língua portuguesa e possui residência permanente na República Federativa do Brasil
- IV – Malom, eleitor foi incorporado à prestação do serviço militar obrigatório e possui o status de conscrito

Consideradas essas situações, pode-se afirmar que são considerados inalistáveis os cidadãos indicados nos itens:

- a. I e II.
- b. I e III.
- c. II e IV.
- d. III e IV.

59. O Tribunal Superior Eleitoral, de acordo com a Lei das Eleições, ao conduzir o processamento dos títulos eleitorais, determinará de ofício a revisão ou correição de zonas eleitorais sempre que:

- a. O total de transferências de eleitores ocorridas no ano em curso seja dez por cento superior ao do ano anterior.
- b. Comprovada a fraude em proporção que comprometa a higidez do Cadastro Eleitoral.
- c. O eleitorado for superior ao dobro da população entre dez e quinze anos.
- d. O eleitorado for maior que as pessoas com idade superior a setenta anos do território daquele Município.

60. Sobre a Lei das Eleições, pode-se afirmar ser admissível, no anos das eleições, a propaganda eleitoral a partir do dia:

- a. 5 de julho.
- b. 6 de julho.
- c. 5 de agosto.
- d. 16 de agosto.

61. Consideradas as regras sobre financiamento de campanhas eleitorais, analise as assertivas a seguir:

- I – Pessoa física;
- II – Pessoa Jurídica; e
- III – Candidato.

Essas pessoas poderão doar/usar para as campanhas ou em suas campanhas, respectivamente, os seguintes percentuais, no máximo:

- a. I – 10% do rendimento bruto do ano anterior; II – não podem doar recursos para campanhas eleitorais; e III – 10% do rendimento bruto do ano anterior.
- b. I – 10% do rendimento bruto do ano anterior; II – não podem doar recursos para campanhas eleitorais; e III – 10% dos limites previstos para gastos de campanha no cargo em que concorrer.
- c. I – 10% dos limites previstos para gastos de campanha no cargo em que efetuou a doação; II – não podem doar recursos para campanhas eleitorais; e III – 10% dos limites previstos para gastos de campanha no cargo em que concorrer.
- d. I – 10% dos limites previstos para gastos de campanha no cargo em que efetuou a doação; II – 2% do faturamento bruto do ano anterior; e III – 10% dos limites previstos para gastos de campanha no cargo em que concorrer.

62. Sobre a Lei das Eleições, constitui conduta vedada aos agentes públicos, servidores ou não, tendente a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

- a. Cessão ou uso de imóveis pertencentes à Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios em favor de partido político ou coligação para a realização das convenções partidárias.
- b. Uso de materiais ou de serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, ainda que não excedam as prerrogativas consignadas nos regulamentos e normas dos órgãos que integram.
- c. Nos três meses antes da data das eleições, a transferência ou remoção ex officio de militares, policiais civis e de agentes penitenciários.
- d. Empenhar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 6 vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 últimos anos que antecedem o pleito.

63. A condenação criminal, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento da pena, não gera inelegibilidade quando for pela prática de crime:

- a. Contra o patrimônio privado.
- b. Eleitoral.
- c. De racismo.
- d. Contra a economia popular.

64. Analise as seguintes situações:

- I – Para as eleições de prefeito, os membros do Ministério Público em exercício na comarca.
- II – Para as eleições para a Câmara Municipal, os membros da Defensoria Pública em exercício na comarca.
- III – Para as eleições de Deputado Federal, os servidores públicos ocupantes de cargos efetivos.

A partir da análise dessas assertivas, pode-se afirmar que, para participarem das eleições, os cidadãos mencionados deverão se desincompatibilizar, respectivamente, nos seguintes prazos:

- a. 4 meses; 4 meses; e 6 meses.
- b. 4 meses; 6 meses; e 3 meses.
- c. 4 meses; 4 meses; e 6 meses.
- d. 4 meses; 3 meses; e 6 meses.

65. O Ministério Públíco Eleitoral, em caso de inelegibilidade ou de não preenchimento das condições de elegibilidade, poderá ajuizar a Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura no seguinte prazo:

- a. 5 dias úteis, a contar da publicação do pedido de registro de candidatura do candidato.
- b. 5 dias, a contar da publicação do pedido de registro de candidatura do candidato.
- c. 5 dias, a contar da intimação pessoal.
- d. 3 dias, a contar da publicação do pedido de registro de candidatura do candidato.

66. Sobre os recursos, consideradas as disposições do Código Eleitoral, assinale a alternativa correta.

- a. A oposição dos embargos de declaração suspende o prazo para a interposição de outros recursos.
- b. São preclusivos os prazos para a interposição de recurso, inclusive quando se tratar de questão constitucional.
- c. Os recursos eleitorais terão efeito suspensivo.
- d. Se a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em 3 dias da publicação da decisão.

67. Os deputados federais, os deputados estaduais, os deputados distritais e os vereadores, se trocarem de partido, perderão os seus mandatos na seguinte hipótese:

- a. Mudança ou desvio do programa partidário.
- b. Grave discriminação política pessoal.
- c. Mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente.
- d. Ao eleito por partido político que não alcançar a cláusula de desempenho constitucionalmente estabelecida para outro partido que as tenha alcançado.

68. Não constitui causa de cancelamento da filiação partidária:

- a. Morte.
- b. Perda dos direitos políticos.
- c. Inelegibilidade.
- d. Filiação a outro partido.

69. Nas hipóteses em que o partido político receba recursos de origem não mencionada ou não esclarecida, como sanção, ter-se-á a aplicação da seguinte sanção:

- a. Devolução da quantia apontada como irregular.
- b. Devolução da quantia apontada como irregular e multa de até 20%.
- c. Suspensão de dois anos de participação do fundo partidário.
- d. Suspensão de recebimento de novas cotas do fundo partidário até que o esclarecimento seja aceito pela Justiça Eleitoral.

70. Para o pagamento de pessoal, a qualquer título, no âmbito dos diretórios municipais, o partido político poderá aplicar o seguinte percentual do total de recursos recebidos do fundo partidário:

- a. 5%.
- b. 20%.
- c. 40%.
- d. 60%.

Noções de Administração Pública

José Wesley

71. Com base na teoria e administração neoclássica, existem quatro funções básicas da administração. A primeira e mais importante função é:

- a. o planejamento.
- b. a organização.
- c. a direção.
- d. a coordenação.

72. Em uma seleção interna, o TSE seleciona candidatos para um cargo que tem como atribuição a “avaliação e monitoramento do atendimento ao contribuinte”. Essa atribuição está diretamente relacionada à função:

- a. Dirigir.
- b. Planejar.
- c. Controlar.
- d. Coordenar.

73. A fim de promover mudanças na estrutura do TSE, um grupo de novos servidores sugeriu renovação na estrutura da organização, a fim de gerar maior coesão e comunicação entre as equipes de trabalho, bem como uma maior flexibilidade e adaptação aos projetos da instituição. Assinale a opção que indica o modelo de departamentalização mais relacionado à proposta dos novos servidores.

- a. Territorial/geográfico.
- b. Matricial.
- c. Clientes.
- d. Produtos.

74. A estrutura organizacional é a estrutura legal dos órgãos públicos, mas não podemos desconsiderar os aspectos informais que são inerentes a essas estruturas. Acerca desse assunto, marque uma alternativa que traz elementos básicos da estrutura organizacional.

- a. Treinamento e desempenho.
- b. Amplitude administrativa ou de controle.
- c. Desenho de cargos.
- d. Programas especiais de trabalho.

75. Com um baixo número de servidores, o TSE realiza um novo concurso para Analistas e Técnicos. Após a realização de concurso público e efetiva nomeação dos novos servidores, cada chefe de departamento da instituição recebeu 50 novos servidores para suas equipes de trabalho. Com base nos conceitos relativos à estrutura organizacional, é correto afirmar que essa situação permitirá

- a. uma melhor centralização.
- b. um aumento da amplitude de controle.
- c. uma maior evidenciação da hierarquia.
- d. uma redução na amplitude de controle.

Noções de Administração Financeira e

Orçamentária

Anderson Ferreira

76. São técnicas ou modelos orçamentários na teoria de orçamento público:

- a. O orçamento incremental e o orçamento paramétrico.
- b. O orçamento participativo e o orçamento base-zero.
- c. O orçamento por atribuições e o orçamento incremental.
- d. O orçamento expedito e o orçamento tradicional.

77. De acordo com a Lei n. 4.320/1964, a Lei Orçamentária Anual (LOA) da União, em um determinado exercício financeiro,

- a. Será acompanhada de quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.
- b. Será integrada de quadro demonstrativo da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.
- c. Será integrada de sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo.
- d. Será acompanhada de quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

78. Assinale a alternativa em que indica corretamente uma das fontes para a abertura de créditos adicionais.

- a. Resultado financeiro positivo do exercício anterior.
- b. Superávit financeiro no exercício anterior.
- c. Economia orçamentária no exercício anterior.
- d. Resultado patrimonial positivo no exercício corrente.

79. São, respectivamente, uma receita de capital e receita corrente:

- a. Amortização de empréstimos e contribuições.
- b. Receita de serviços e receita industrial.
- c. Receita patrimonial e operação de crédito.
- d. Alienação de bens e amortização de empréstimos.

80. Uma unidade gestora da justiça eleitoral realizou a cessão de recursos financeiros a uma unidade gestora do Ministério da Defesa. Assim, a referida cessão de recursos corresponde a

- a. Uma provisão.
- b. Uma cota.
- c. Um destaque.
- d. Um repasse.

| FOLHA DE RESPOSTAS | | | | | | | |
|--------------------|--|----|--|----|--|----|--|
| 1 | | 21 | | 41 | | 61 | |
| 2 | | 22 | | 42 | | 62 | |
| 3 | | 23 | | 43 | | 63 | |
| 4 | | 24 | | 44 | | 64 | |
| 5 | | 25 | | 45 | | 65 | |
| 6 | | 26 | | 46 | | 66 | |
| 7 | | 27 | | 47 | | 67 | |
| 8 | | 28 | | 48 | | 68 | |
| 9 | | 29 | | 49 | | 69 | |
| 10 | | 30 | | 50 | | 70 | |
| 11 | | 31 | | 51 | | 71 | |
| 12 | | 32 | | 52 | | 72 | |
| 13 | | 33 | | 53 | | 73 | |
| 14 | | 34 | | 54 | | 74 | |
| 15 | | 35 | | 55 | | 75 | |
| 16 | | 36 | | 56 | | 76 | |
| 17 | | 37 | | 57 | | 77 | |
| 18 | | 38 | | 58 | | 78 | |
| 19 | | 39 | | 59 | | 79 | |
| 20 | | 40 | | 60 | | 80 | |

ASSINATURA ILIMITADA

CONCURSOS, OAB E RESIDÊNCIAS

8.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional.

Assine AGORA a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a Assinatura Ilimitada 6.0 do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 1 milhão de questões, mais de 23 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | No horário das Seg. a quinta até as 22h e Sex até as 21h.



Quero ser assinante
ilimitado agora